



Publicações Acadêmicas UFVJM



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 18 – Ano IX – 10/2020
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Participação Popular e Formação de Organizações Comunitárias Rurais: Um Relato no Estado de Minas Gerais

Cláudio Soares de Almeida
Graduado em Administração Pública pela UFVJM/MG – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9013556262495629>
E-mail: claudioalmeida2@hotmail.com

Everton Alves dos Santos
Graduado em Administração Pública pela UFVJM/MG – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0471445494334677>
E-mail: evertom2010@hotmail.com

Prof. Msc. Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira
Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG Brasil
Doutoranda em Administração na Universidade de Brasília - UnB
Docente da Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM/MG - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9796496968062397>
E-mail: grazielle.silva@ufvjm.edu.br

Resumo: As organizações comunitárias rurais do município de Taiobeiras, Norte do Estado de Minas Gerais, tiveram seu advento no início dos anos oitenta a partir de ações pastorais da Igreja Católica. Ao longo de suas trajetórias, essas organizações comunitárias extrapolaram a barreira da religião e, através da ação coletiva, dos debates e reflexões promovidas à luz da Teologia da Libertação e de um processo de educação

de base, conseguiram despertar na população rural envolvida o senso de coletividade e o despertar da consciência participativa, cidadã e política, permitindo a evolução dessas organizações, que atualmente são referência de organização civil no município. O presente artigo apresenta os resultados do estudo que buscou identificar e analisar diferentes aspectos que envolvem o universo dessas organizações utilizando-se de pesquisas bibliográficas, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. As informações coletadas permitiram a compreensão de como se deu o processo de formação das comunidades, sua dinâmica de funcionamento, seu acúmulo de experiências de lutas sociais e de engajamento comunitário e participativo, os dilemas e dificuldades que lhes são impostos na atualidade e como as organizações comunitárias rurais do município de Taiobeiras podem contribuir para as atuais e futuras experiências de participação popular e para o desenvolvimento e fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Participação Popular, Cidadania, Trabalhadores, Organizações Comunitárias.

Introdução

A participação popular através da organização comunitária representa um canal pelo qual os indivíduos carentes de ações do estado que atendam às suas necessidades procuram construir meios para pressionar o poder público, ou somar forças para, na medida de suas possibilidades, proverem a solução para suas demandas. Organizar um mutirão para construir uma casa para uma família carente desabrigada, colher a lavoura de um produtor que por motivo de doença se encontra incapacitado de trabalhar, cobrar do poder público a construção de uma escola ou de um posto de saúde para o bairro ou comunidade rural são exemplos de motivos que levam as pessoas a saírem de sua individualidade e se articularem em torno de um objetivo comum.

A partir da busca de melhorias, esses movimentos vão acumulando experiências, se organizando de forma mais concreta, atraindo mais pessoas e se consolidando como um canal de representação civil, promotor da cidadania e da participação popular. Dessa maneira, ao longo do processo de desenvolvimento da participação popular no Brasil foram surgindo inúmeros canais de representatividade popular como associações, comunidades, clubes, sindicatos e partidos políticos.

Em muitas regiões do país, o desenvolvimento da formação comunitária no campo surgiu sob a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento religioso

que teve seu advento a partir do desenvolvimento de uma consciência político social da Igreja Católica. Segundo Schiavo e Oliveira (2008), a partir de eventos como o Concílio Vaticano II (1962-1965), o catolicismo passou a olhar com maior preocupação as questões políticas e sociais que se desenrolavam durante o século XX, sobretudo com relação à exacerbada desigualdade social, exploração dos trabalhadores e marginalização das classes populares.

O município de Taiobeiras- MG, assim como muitos municípios do Brasil, também foi campo de atuação das CEBs, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Localizada no Norte de Minas Gerais, em um ponto fronteiro com o Vale do Jequitinhonha, Taiobeiras faz parte do semiárido mineiro, região que durante muito tempo foi marcada, e até hoje apresenta traços, de realidades de pobreza, subdesenvolvimento e abandono por parte do poder público, realidade esta que se verifica principalmente na população rural. A partir das sementes de conscientização e mobilização comunitária lançadas pela CEBs, a população rural taiobeirense, assim como em muitas outras regiões do Brasil que foram alvo da ação pastoral desse movimento, começou a perceber a força da união, buscando a partir do engajamento comunitário, soluções para problemas que possuíam em comum e que individualmente eram incapazes de proverem a solução.

Passados aproximadamente trinta e cinco anos desde o início da atuação da CEBs no município de Taiobeiras é possível observar os resultados positivos desse movimento através das comunidades, associações de trabalhadores rurais e sindicatos atuantes na área do município e nas regiões circunvizinhas.

Mas diante disso surgem algumas indagações: como esse movimento de caráter religioso e que teve seu advento em um período de repressão política e extrema exclusão social conseguiu despertar na população rural, na sua maioria pessoas carentes e analfabetas, um senso crítico de justiça social, de cooperativismo, de engajamento com questões de preservação ambiental, de política nacional e de cidadania? Quais dilemas e dificuldades foram enfrentados na implantação das primeiras comunidades? Como esse movimento conseguiu atuar nas décadas passadas e como ele continua atuando no presente como um mecanismo de promoção da participação popular no campo?

Neste ínterim, o objetivo deste estudo foi compreender o processo de participação popular nas comunidades rurais de Taiobeiras - MG a partir da formação das primeiras organizações comunitárias até a promoção do associativismo atual.

As organizações comunitárias rurais do município de Taiobeiras, seja enquanto associações de trabalhadores rurais ou como comunidades eclesiais de base, possuem importância diante de aspectos políticos, por representarem um canal entre os trabalhadores rurais e as políticas públicas agrárias. Importância econômica, considerando-se o peso que tem a agricultura familiar na movimentação da economia principalmente com relação ao abastecimento de mercados e feiras livres. Importância cultural, pelo papel que desempenham na promoção e preservação das manifestações folclóricas, culturais e religiosas do município e acima de tudo uma significativa importância social, por representarem um modelo de organização que no seu histórico e na sua atualidade busca promover a conscientização e a emancipação da cidadania e da participação social das populações da zona rural.

Considerando a questão de pesquisa proposta, e tomando como referência as comunidades e associações de trabalhadores rurais do município de Taiobeiras - MG, este estudo permitirá conhecer como ocorreu o processo de implantação dessas comunidades, que contribuições elas trouxeram aos trabalhadores rurais no sentido de desenvolvimento humano, qualidade de vida e autodeterminação, constituindo assim uma importante fonte de dados sobre a dinâmica das lutas sociais e da participação popular do município, servindo de base comparativa para outros estudos da mesma temática em outras regiões.

Fundamentação Teórica

Participação popular e as comunidades eclesiais de base

Com o início do processo de redemocratização e o advento da Constituição Cidadã de 1988, o sentido do termo participação volta a ser amplamente difundido e discutido em diferentes setores da sociedade brasileira. Não que antes e durante os vinte e um anos de repressão política, social e cultural tal discussão não ocorresse, contudo estava restrita a

grupos que apresentavam maior nível de engajamento à resistência ao regime ditatorial, deve-se inclusive a esses grupos, boa parte do mérito pela preservação do que se pode chamar de célula embrionária ou semente da participação, que com dificuldades foi preservada e cultivada vindo a florescer em meados da década de oitenta, culminando com a explosão participativa popular que devolveu à população o seu poder decisório.

No entanto, para uma sociedade que desde seus primórdios foi pautada pela exclusão social e pela usurpação do poder de decisão pelas minorias privilegiadas, o que se pode observar é que o direito à participação adquirida pela nação brasileira, ainda não foi reivindicado em sua plenitude pela maioria dos seus membros. Muito se fala no direito, no dever e na necessidade de participar, entretanto os meios e os caminhos para que tal participação ocorra e até mesmo o significado do termo participar ainda são muito vagos e difusos da realidade, ocorrendo o risco segundo Bordenave (1994, pg 15), de tal termo ter o seu sentido esvaziado: “De tão usada na atualidade, a palavra participação corre o risco de ter seu sentido esvaziado, antes mesmo que sua contribuição fundamental para a democracia verdadeira seja compreendida e aproveitada”.

O modelo de participação representativa adotado no Brasil desde a implantação da república, e que ainda vigora, acaba por limitar a ação do povo ao exercício do voto. Os demais processos como participação nas decisões e a fiscalização das ações são muitas vezes desconhecidos, ignorados e até reprimidos, o que para Bordenave (1994, p.26) acaba fazendo da participação social uma participação fictícia:

Concebida a participação social como produção gestão e usufruto com acesso universal, põe-se a descoberto a falácia de se pretender uma participação política sem uma correspondente participação social equitativa: com efeito, na democracia liberal os cidadãos tomam parte nos rituais eleitorais e escolhem seus representantes, mas, por não possuírem nem administrarem os meios de produção material e cultural, sua participação macrossocial é fictícia e não real.

Ainda para Bordenave (1994, p.8), as deficiências observadas no processo de participação, refletem deficiências do próprio processo democrático, no qual ele observa uma estreita ligação entre participação e democracia, ligação esta que vem se tornando cada vez mais perceptível ao cidadão. “O uso frequente da palavra “participação” também revela a aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controle do próprio destino.”

Se a ausência de participação traz notáveis prejuízos ao sistema democrático e a boa governança, a sua presença, desde que de forma consciente e responsável, traz inúmeros benefícios tanto para quem participa, tanto para os empreendimentos que sofrem as consequências da participação. Esta, no entanto, não deve ser encarada como o remédio para todos os males nem ser colocada como algo indispensável, às vezes pelo bem da eficiência e da organização, a representatividade e a delegação se fazem necessárias. Entretanto, sempre que possível, e utilizando os canais adequados, a abertura de espaços a população opinar e questionar durante a etapa de planejamento das políticas públicas representa um aumento significativo na qualidade das mesmas. Nesse mesmo sentido, a participação no processo de acompanhamento e fiscalização além de trazer transparência à atuação do poder público, pode atuar como um elemento coibidor do mau uso dos recursos públicos e das práticas de corrupção, como cita Bordenave (1994, p.13):

Do ponto de vista dos planejadores democráticos, a participação garante o controle das autoridades por parte do povo, visto que as lideranças centralizadas podem ser levadas facilmente à corrupção e à malversação de fundos. Quando a população participa da fiscalização dos serviços públicos, estes tendem a melhorar em qualidade e oportunidade.

Dessa forma, seja por necessidade humana, política, social ou econômica, a participação popular vai se desenvolvendo e adquirindo espaço e visibilidade na sociedade, ora estimulada, ora reprimida, às vezes de forma livre e espontânea, às vezes de forma manipulada. Fato é que, seja na cidade ou no campo, nas fábricas ou nas universidades, dos grupos mais intelectualizados aos mais simples diversos movimentos ao longo do tempo vêm construindo um acúmulo de experiências e de lutas pelo direito de participar, e que com históricos de sucesso e de fracasso, de alguma forma vão somando contribuições para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia.

O despertar da participação popular na zona rural brasileira teve como um dos principais promotores os movimentos pastorais ligados a setores sociais da igreja católica. A partir da formação de pequenos núcleos comunitários surgiu um movimento de dimensão nacional denominado Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Betto (1981, p.7) define CEBs como:

[...] pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias da periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto.

Esse movimento, além de congregar populações rurais e urbanas na maioria das vezes de baixa renda e a margem da sociedade à vivência religiosa, procurou despertar nestes a consciência social, política e ambiental, levando-os aos poucos a deixarem uma condição passiva, alienada e conivente com a exploração da qual muitos eram vítimas e adotarem uma postura ativa, questionadora, participativa e atenta às diversas questões a sua volta. A partir da vivência nesses núcleos comunitários, boa parte da população rural brasileira começou a se organizar socialmente em cooperativas, sindicatos, associações de trabalhadores rurais e outras.

Analisando o trabalho pastoral desenvolvido pela CEBs, e, sobretudo com relação a sua metodologia de intervenção nas organizações comunitárias, Alencar (1995) entende que a atuação das CEBs foi pautada na promoção de um processo de educação de base dentro de uma perspectiva de intervenção libertadora, que segundo ele pode assumir duas ações distintas, sendo uma de caráter tutorial e outra de caráter educativo.

A intervenção assume um caráter tutorial quando a ação do agente externo é orientada no sentido de introduzir “ideias” previamente estabelecidas, sem que haja participação da população alvo de sua ação na formulação de tais “ideias”. Nessa forma de agir, é o agente externo que elabora os diagnósticos, identifica os problemas, escolhe os meios para solucioná-los, estabelece as estratégias de ações e avalia as ações executadas. Restando aos habitantes, nessa forma de intervenção, executar as ações “prescritas”. Por outro lado, a intervenção assume um caráter educativo quando a população alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar seus problemas decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los, executar tais ações e avaliá-las, buscando, sempre que necessário novas alternativas”. (ALENCAR, 1995, p. 4).

Nesse sentido, percebe-se a importância da adoção do caráter educativo por agentes extensionistas, acadêmicos, funcionários públicos de órgãos de promoção do desenvolvimento, e outros indivíduos que se dispõem a desenvolver atividades comunitárias. Antes de formular conclusões equivocadas ou propor medidas de

intervenção prontas e fechadas, é preciso ouvir a comunidade, que mais do que ninguém conhece a realidade na qual está inserida.

Ao longo de sua história de organização, educação e mobilização pastoral, as comunidades eclesiais de base representaram o berço de diversos movimentos populares, que através das experiências vividas no ceio destas comunidades puderam se articular e se desenvolver, construindo inúmeros canais de participação e representação da sociedade e contribuindo significativamente para o processo de democratização e construção da cidadania do país. (LESBAUPIN, 2000).

Apesar de a CEBs representar um movimento religioso, ela extrapola as barreiras da igreja e da religião fazendo com que os indivíduos envolvidos através da vivência religiosa se percebam como agentes capazes de construir sua própria história, rompendo com sua condição de alienação, comodismo com a pobreza, exploração e exclusão a qual muitos estão submetidos, e adotarem uma postura ativa em relação ao seu reconhecimento e o de seus direitos como cita Betto (1981, p.8): “As questões levantadas nas reuniões raramente deixam de ser questões sociais, ligadas à sobrevivência das classes populares. [...] Assim, assim a comunidade eclesial de base abre-se ao movimento popular, ajudando a criar ou fortalecer as formas de organização popular autônomas [...]”

Esse ponto de vista revela o sentido do que é uma comunidade. Um indivíduo isolado com seus problemas e suas dificuldades, tem reduzidas as suas condições de buscar soluções as suas demandas, bem como de fazer com que o poder público as enxergue. A partir do momento que vários indivíduos com problemas e dificuldades comuns se unem, estes somando as suas forças criam maiores oportunidades de exporem suas demandas, ou conseguem criar soluções por conta própria. Essa visão da comunidade como mecanismo de união e de propulsão da ação popular abordada por Frei Betto, também é compartilhada por outros pensadores no assunto, como pode-se perceber nas palavras de Bordenave (1994, p.12):

Do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disso, por meio da participação, consegue-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças, tais como a construção de uma estrada ou de uma ponte.

Ao serem introduzidas na vida dos agricultores, posseiros, operários, I desempregados e outros tantos indivíduos, na maioria analfabetos e excluídos dos centros de participação da sociedade, as comunidades eclesiais de base representaram o preenchimento de uma lacuna, no sentido de dar-lhes algo que o próprio poder público havia negado, sendo este o direito à expressão, à opinião, à participação no debate sobre questões que afetam tanto a vida individual quanto a coletiva. Bordenave (1994) entende que a participação representa uma necessidade essencial do ser humano, sendo que quando isto lhe é negado provoca o que ele classifica como sendo uma mutilação do indivíduo enquanto ser social.

No entanto mais do que dar ao indivíduo a oportunidade de participação, faz-se necessário ensiná-lo a participar, daí à importância do processo de educação de base promovido pela metodologia da CEBs. A participação em comunidade é algo que muitas vezes representa a renúncia a anseios pessoais em detrimento dos objetivos coletivos, exige a capacidade de saber se expressar e muito mais de saber ouvir e respeitar as opiniões alheias.

Por mais que seja expressivo o comprometimento e a participação, o surgimento de conflitos é algo inevitável na vida da comunidade. Em virtude disto decorre a necessidade de os indivíduos possuírem uma consciência crítica amadurecida, para que a partir dela possam ser capazes de resolver seus conflitos internos evitando assim a desarticulação da organização. Um participante que não tenha desenvolvido tal consciência, muito provavelmente se voltará contra a comunidade ao ter algum anseio frustrado ou opinião contrariada. Demo (1986) coloca que o não engajamento dos indivíduos da comunidade como sujeitos ativos de sua própria história, leva ao egoísmo e ao individualismo, o que abre margem para a ação de aproveitadores que se beneficiam da desarticulação da comunidade para se promoverem politicamente visando o interesse próprio.

Bordenave (1994) também enfatiza que o conflito é algo inerente ao processo de participação, podendo esta solucioná-lo, bem como dar origem ao mesmo, a diferença é que dentro do processo participativo a sua resolução é feita de maneira evoluída e civilizada. O autor coloca que quando se promove a participação, deve-se aceitar o fato

de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas, o que pode não agradar àqueles que não estão receptivos ao diálogo.

Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo fez-se uso de duas ferramentas metodológicas: a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa de abordagem exploratória. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2007), tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Neste projeto, a pesquisa exploratória se deu através da execução de entrevistas semiestruturadas, que segundo Zanella (2009) se constitui em uma técnica onde o entrevistador dispõe de um roteiro guia (ou uma pauta), no entanto, não necessariamente segue a ordem determinada no roteiro, podendo incluir novos questionamentos durante o diálogo, sem perder os objetivos da investigação.

As entrevistas semiestruturadas representaram a primeira fonte de dados deste artigo, sendo dirigida a oito atores, que de forma direta ou indireta se encontravam envolvidos no universo do comunitarismo e do associativismo rural no âmbito do município de Taiobeiras-MG. Foram ouvidas lideranças comunitárias, religiosas, sindicais, professores e pesquisadores no assunto, membros do poder público municipal e servidores de órgãos do Estado de Minas Gerais que desenvolveram atividades ligadas ao planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas agrárias. Pelas informações, relatos e impressões apresentadas por estes atores foi possível a construção e a descrição do histórico da formação das comunidades rurais, primeira parte de estudo.

De posse de uma relativa carga de conhecimento obtida através do processo de pesquisa exploratória, se deu início à aplicação da pesquisa quantitativa. Segundo Zanella (2009) a pesquisa quantitativa se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis, preocupando-se, portanto, com medição objetiva e quantificação dos resultados. O uso desta modalidade de pesquisa se deu através da aplicação indireta de 110 (cento e dez questionários), sendo este número correspondente

à unidade amostral de 5% de um universo de dois mil indivíduos inseridos em 32 (trinta e duas) comunidades rurais do município.

O questionário foi composto por quatorze questões fechadas com múltiplas opções de resposta. O único padrão adotado com relação à escolha dos entrevistados foi que este fosse membro participante de alguma das trinta e duas comunidades. Não houve contato entre os entrevistados e os pesquisadores, pois a distribuição dos questionários se deu através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras e de lideranças comunitárias e religiosas das organizações pesquisadas. Foram enviados questionários a todas as comunidades rurais do município, sendo que o nível de acolhimento e retorno dos mesmos apresentou variações em cada uma delas. As questões propostas no questionário visaram investigar aspectos de composição etária dos membros inseridos nas comunidades, níveis de participação e de comprometimento, espaço de opinião, conflitos internos, e perspectivas futuras com relação à essas organizações, entre outros questionamentos.

Os resultados obtidos através da aplicação dos questionários serviram como avaliação e confirmação das informações e percepções apresentadas durante as entrevistas semiestruturadas, confiando assim maior grau de credibilidade aos resultados apresentados por este estudo.

Análise dos Resultados

Com o propósito de compreender o processo de participação popular das comunidades rurais de Taiobeiras - MG a partir da formação das primeiras organizações comunitárias até a promoção do associativismo atual buscou-se obter uma base de dados que permitisse a construção de um conjunto de conhecimentos acerca do processo histórico de formação das organizações comunitárias rurais do município de Taiobeiras, do papel desempenhado e da importância que teve a ação das Comunidades Eclesiais de Base nesse processo, bem como, de do processo de participação popular e da atual dinâmica dessas comunidades.

Também foram levantadas informações acerca da importância da comunidade na vida social e política do indivíduo, aspectos relacionados à atual realidade destas

organizações como nível de comprometimento dos envolvidos, capacidade de militância, formação de lideranças, espaços de expressão, sobretudo com relação ao ocupado pelas mulheres e pela juventude, conflitos internos e desafios impostos a estas organizações em decorrência das transformações ocorridas na sociedade.

O levantamento de dados deu-se a partir das opiniões expostas por diferentes atores que atuam em áreas distintas, sejam elas comunitária, religiosa, política, acadêmica, sindical e governamental que de alguma forma se veem inseridos no universo do comunitarismo e do associativismo rural, e posteriormente a partir de questionários aplicados a membros das comunidades rurais.

O Processo Histórico de Formação das Comunidades

As organizações comunitárias rurais do município de Taiobeiras têm como ponto de origem comum a formação e desenvolvimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Esse fato é consenso entre todos os atores entrevistados, que enxergam no engajamento religioso da população rural um dos pontos responsáveis pelo advento de uma tomada de consciência com relação ao engajamento social.

De acordo com um dos entrevistados, professor e membro de movimentos sociais, seguindo uma tendência que desde os anos de 1960 se refletia a nível nacional e a nível de América Latina, as Comunidades Eclesiais de Base surgem em um contexto de abertura da Igreja Católica, em que esta começa, em parte, a abrir mão do monopólio de condução da promoção da religiosidade, responsabilidade antes conferida apenas ao clero, e passa a permitir e até mesmo estimular que tal responsabilidade seja assumida por leigos, o que permitiu o surgimento de inúmeros movimentos populares religiosos, principalmente entre as populações marginalizadas da periferia das cidades e da zona rural.

Essa abertura democrática da Igreja Católica no município de Taiobeiras se concretiza a partir dos anos de 1980, principalmente a partir da chegada de religiosos com postura mais progressista na Paróquia de São Sebastião, como foi o caso do religioso franciscano Frei João José de Jesus da Ordem dos Frades Menores (OFM),

citado pelos entrevistados como um dos grandes incentivadores da formação de comunidades na zona rural do município.

Outro ponto a ser destacado é a divulgação tanto por parte de religiosos como de leigos das propostas da denominada Teologia da Libertação, corrente ideológica que procurava promover o sincretismo entre vivência religiosa e percepção e debate acerca de questões sociais, políticas e econômicas. Tal divulgação ocorria tanto no cotidiano dos encontros das comunidades recém-formadas, como nos chamados Cursos de Fé e Política, onde através de um processo educativo se buscava dentro de um contexto religioso, principalmente através da leitura e interpretação das escrituras bíblicas, despertar no público participante o desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa.

Era comum os Cursos de Fé e Política serem realizados ao menos duas vezes ao ano, e apresentarem temas como “Olho na Bíblia, Olho na Vida”, “Fé e Vida”, “Fé e Política”. Os entrevistados salientam o caráter libertador que o conteúdo dos cursos trazia, levando as pessoas enxergarem a sua própria realidade, os reais motivos das dificuldades cotidianas que lhes eram impostas e os caminhos para se buscar as soluções a partir das reflexões bíblicas. Este despertar de consciência social implantado através das propostas da Teologia da Libertação foi, em grande parte, responsável pelo desenvolvimento do senso de cidadania, democracia e fraternidade observados nas populações rurais de Taiobeiras, elementos estes que foram essenciais no processo de evolução dessas comunidades, levando estas a serem hoje referência de organização civil no município.

A formação das primeiras organizações comunitárias rurais no município de Taiobeiras remota ao ano de 1975, com a formação da comunidade Curral Queimado/Olhos d’água, outras organizações foram surgindo ao longo da década de 80 como é o caso da comunidade de Novato em 1980 e das comunidades de Manteiga e Riacho de Areia em 1986.

Segundo os entrevistados, são vários os motivos que levaram as pessoas a expandirem a convivência familiar e de vizinhança e passarem a interagir em um círculo de convívio maior que representava a comunidade: a forte identidade religiosa, a população da época gostava de se reunir para aprender, sentimento de propriedade

coletiva nos mutirões para construção de capelas e salões comunitários, e o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã no grupo.

As Comunidades e as Demais Organizações Governamentais e Sindicais

Em seu processo de formação e desenvolvimento, as comunidades rurais de Taiobeiras puderam contar com o apoio de outras instituições já estabelecidas no município, além daquele dado através da ação pastoral da Igreja Católica. Nesse contexto destaca-se o importante papel desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do Município de Taiobeiras. Fundado em 1981, o sindicato representou o primeiro instrumento de mobilização da população rural taiobeirense, atuando como representante da categoria frente ao poder público e a organizações sindicais de nível estadual e nacional, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Na percepção de todos os entrevistados, o sindicato é visto como aquele que de certa forma preparou o campo para que pudesse ocorrer a sementeira das Comunidades Eclesiais de Base, e posteriormente atuou como orientador para que estas viessem a se tornar associações comunitárias.

Percebe-se a estreita relação que existe entre sindicato e as organizações comunitárias rurais, tanto no sentido destas enquanto associação de trabalhadores rurais como no sentido de Comunidade Eclesial de Base. Tal relação se configura no apoio, orientação, parceria na realização de projetos, cursos de capacitação, organização documental e mobilização social e política em movimentos de nível local e nacional. Entre os motivos que facilitam a interação comunidade/sindicato, está o fato de que o público alvo dos dois modelos de instituição ser o mesmo.

Nas palavras do Secretário Municipal de Agricultura e membro do STR de Taiobeiras:

Não adianta cada organização, seja ela sindicato, associação ou CEB's querer cada qual estipular um modelo específico de trabalhar com as pessoas do meio rural, pois estas são as mesmas que estão presente em cada uma das organizações, a partir do momento que se cria uma certa sintonia na metodologia de trabalho, os resultados se tornam mais satisfatórios.

O apoio técnico e social prestado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) foi de considerável relevância no processo de desenvolvimento e fortalecimento das organizações comunitárias rurais de Taiobeiras, principalmente no que tange a evolução destas enquanto núcleos de comunidades eclesiais de base para organizações associativas de trabalhadores rurais.

Através do trabalho desempenhado pelos extensionistas junto às comunidades, estas passaram a ser contempladas com diversos programas de capacitação em práticas agrícolas de plantio, distribuição de mudas e sementes, armazenagem de colheitas, manejo de rebanhos, capacitações em processos agroindustriais, programas de aquisição de implementos agrícolas como tratores, arados e outros maquinários, processos de habilitação para aptidão ao acesso de crédito bancário, além da realização de um trabalho social que visou fortalecer o já considerável engajamento comunitário da população rural.

Para a extensionista entrevistada, essa nova postura de trabalho da EMATER junto às populações carentes da zona rural, refletia os novos ares que se respirava na década de 1980 com o já iniciado processo de redemocratização do país, em que as políticas públicas governamentais se voltaram para um novo viés de desenvolvimento, nesse caso o desenvolvimento social, em contraposição ao período anterior em que se visava apenas às pautas relacionadas ao desenvolvimento econômico. Foi em grande parte através das orientações da EMATER, que as comunidades rurais se organizaram e se regularizaram legalmente como organizações representativas da sociedade civil, através da criação de estatutos de regimento e registros jurídicos, ação livre de tendências democráticas visando emancipação.

Os entrevistados citam a realização de cursos de capacitação de lideranças, como redação de atas, noções do papel a ser desempenhado por membros de diretoria e demais cargos de liderança, organização documental e outros processos jurídicos. É citada a contribuição da EMATER também no processo de construção das sedes das comunidades, como os salões comunitários e em pequenos prédios industriais como lavanderias, fábricas de farinha e de derivados da cana-de-açúcar como destilados e rapadura.

Em se tratando do poder público municipal, durante as décadas de 1980 e 1990 não se viu atitudes concretas de incentivo ou apoio às organizações comunitárias rurais.

Nos relatos dos entrevistados, principalmente de líderes comunitários, estes citam que na época havia certa repulsa por parte da classe política dominante frente à organização popular e ao processo de despertar de consciência cidadã promovido pelas comunidades.

As Comunidades e a Atuação das Trabalhadoras Rurais

Ao se analisar o espaço ocupado e o papel desempenhado em emancipação feminina no interior das organizações comunitárias rurais, percebe-se novamente os benefícios de um processo de evolução social possibilitado por essas organizações. Ainda no preâmbulo de sua história enquanto comunidade eclesial de base, a partir da abertura proporcionada pela Igreja Católica para que leigos assumissem o papel pastoral de organizadores da vida religiosa na comunidade, em boa parte dos casos, senão na maioria, essa responsabilidade foi assumida por mulheres. Isso ocorreu seja pelo fato de apresentarem maior comprometimento e devoção com as questões religiosas, ou por terem um nível de alfabetização um pouco superior ao dos homens, apresentando na maioria das vezes pelo menos a capacidade de ler e interpretar. Era marcante também a atuação feminina na organização dos cultos, novenas e festas religiosas e culturais. Segundo informação de um líder comunitário, esse destaque assumido pelas mulheres dentro das comunidades, não ficou ileso de sofrer preconceitos sexistas.

As trabalhadoras rurais se fazem presente hoje na diretoria da maioria das 32 (trinta e duas) comunidades atuantes no município de Taiobeiras, sendo que em 12 (doze) delas ocupam a presidência. Elas se fazem presente também na diretoria e na organização do sindicato dos trabalhadores rurais e nos conselhos comunitários e de desenvolvimento rural sustentável do município.

No contexto de lutas sociais, as mulheres rurais taiobeirenses, através do engajamento comunitário e sindical, já somaram as suas forças a de milhares de mulheres rurais brasileiras, em movimentos, encontros e marchas de reivindicação em diversas regiões, inclusive a nível nacional como é o caso da Marcha das Margaridas, uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres.

Através dos aspectos citados, percebe-se o quão importante foi o papel das organizações comunitárias rurais, tanto as eclesiais como as associativistas, na promoção da igualdade de gênero e numa relativa libertação intelectual e social das mulheres da zona rural taiobeirense. De certa forma, proporcionou a estas oportunidades para que as mesmas construíssem e conquistassem o seu espaço de opinião e expressão no ambiente familiar, na comunidade e na sociedade como um todo, vindo a contribuir de forma expressiva no desenvolvimento do meio rural e na luta por vida digna para suas famílias. Para salientar, transcreve-se aqui as palavras de uma liderança sindical entrevistada que diz, “A mulher cuida da casa, cuida da roça, cuida do altar e cuida da comunidade”.

As Comunidades e os Desafios da Atualidade

As organizações comunitárias rurais do município de Taiobeiras representavam em junho de 2016 o número de 32 (trinta e duas) comunidades, espalhadas em uma área de 1.194230 km², congregando o número aproximado de 1920 (hum mil novecentos e vinte) trabalhadores rurais. Além dos aspectos históricos, relacionamento com os poderes públicos e participação nas políticas públicas agrárias, foi questionado aos entrevistados quais os principais problemas e dificuldades enfrentados atualmente pelas comunidades e quais as opiniões destes com relação às perspectivas futuras destas organizações.

Dentre as dificuldades, foram citadas a questão do clima, como a diminuição da precipitação pluviométrica ao longo dos anos e a ocorrência de estiagens cada vez mais rigorosas e prolongadas e a dificuldade das populações rurais de adaptação na mesma proporção do agravamento deste fenômeno, comprometendo assim os processos produtivos.

Também foram apontadas dificuldades com relação à capacidade de formação de lideranças, no sentido de encontrar pessoas com relativa capacidade, disponibilidade e motivação para assumir a direção das comunidades, o que acaba gerando em algumas delas a perpetuação da permanência dos mesmos atores à frente das diretorias.

Ainda dentre os problemas, o principal deles, citado unanimemente por todos os entrevistados - seja membros de órgãos públicos, membros do sindicato ou membros de

comunidades - se apresenta em torno de uma tríade composta pelos seguintes fatores: o esvaziamento do campo através do processo do êxodo rural, o envelhecimento da população rural e a falta de meios para se conseguir estimular a permanência da juventude no meio rural.

Segundo os entrevistados, nos dias atuais as causas que levam a emigração do campo são as dificuldades de obtenção de água, devido ao fenômeno das secas, a chegada da aposentadoria, que leva as pessoas a procurarem uma condição de vida mais confortável na cidade, principalmente devido à proximidade dos centros de saúde e dos familiares que já haviam feito antes o processo de migração, e devido às consequências de um processo que vem se agravando cada vez mais no município de Taiobeiras, que é a chegada da violência na zona rural, o que leva a um sentimento de temor e insegurança da população.

A questão do envelhecimento da população rural, está diretamente ligada à saída da juventude deste meio. Segundo um dos entrevistados, professor e membro de comunidade, o jovem da zona rural se sente muito pouco ou nada motivado em relação às escassas oportunidades que esta lhe apresenta, buscando melhores oportunidades de estudo, trabalho e lazer na cidade. Este também cita como um dos aspectos que envolvem este processo, a polarização da educação ocorrido no município de Taiobeiras, fenômeno também verificado em outros municípios, onde o poder público optou pelo fechamento das escolas rurais, e em contrapartida implantou o transporte escolar dos alunos para as escolas da sede do município. Através dessa dinâmica, ocorreu uma massiva absorção da cultura urbana por parte das crianças e jovens rurais e uma consequente repulsa ao modo de vida rural o que resultou em mais um fator de contribuição da saída deste do campo.

Com relação às perspectivas futuras que os entrevistados enxergam para as organizações comunitárias rurais do município de Taiobeiras, todos demonstraram uma postura positivista, no sentido que acreditam que estas continuarão a exercer um papel fundamental na organização dos trabalhadores rurais e que continuarão a ser um canal de promoção e desenvolvimento da participação popular crítica, independente e responsável no meio rural.

Contudo, foi consenso entre os entrevistados a necessidade das comunidades continuarem trilhando um caminho de evolução, buscando se adequar a constantes mudanças sociais, políticas e econômicas que vêm ocorrendo constantemente no cenário nacional e global. Outra unanimidade de opinião foi a necessidade de se buscar meios de promover a permanência do homem no campo, sobretudo com dignidade, segurança e qualidade de vida, principalmente no sentido de estimular a juventude a manter viva a cultura rural, se comprometer com as lutas comunitárias e optar pela profissão de fazer a terra produzir, profissão essa de fundamental importância para a sobrevivência da sociedade.

Um Espelho da Participação nas Comunidades

Objetivando aprofundar um pouco mais no universo das comunidades rurais do município de Taiobeiras foram aplicados questionários para uma determinada amostra de trabalhadores rurais, por meio do qual foram investigados aspectos que envolvem a dinâmica das comunidades. O aspecto investigado, o resultado obtido e as considerações sobre este são apresentadas nesta seção.

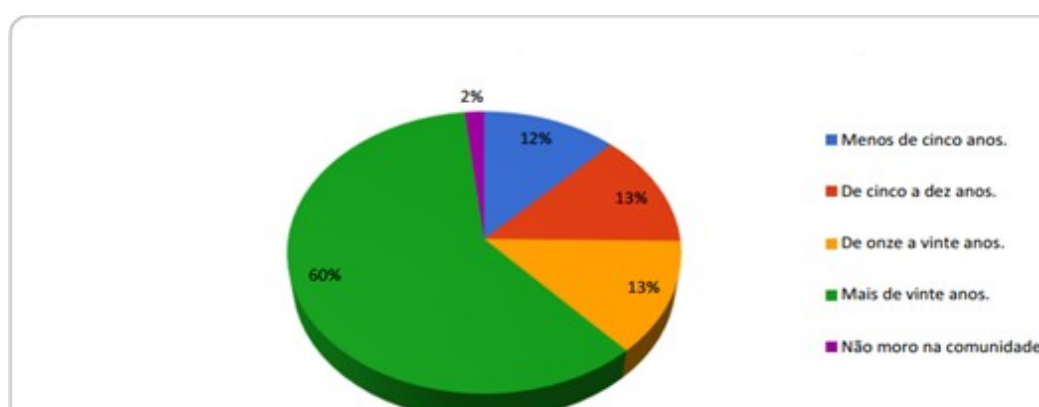
A partir da unidade amostral pesquisada, pôde-se constatar que existe uma relativa paridade entre o número de mulheres e homens que estão inseridos na participação comunitária, tal dado também infere que os resultados obtidos nas demais questões que compõem o questionário representam com equidade a opinião de ambos os gêneros. Foram 54% respondentes do sexo masculino e 46% respondentes do sexo feminino.

Com relação à faixa etária dos membros das comunidades, os dados do questionário confirmam as opiniões expostas durante as entrevistas semiestruturadas: as comunidades estão envelhecendo e é muito inexpressiva a presença da juventude. A amostra pesquisada foi composta por 48% de pessoas entre 41 e 60 anos, 35% de pessoas entre 19 e 40 anos 16% com mais de 60 anos e apenas 1% com até 18 anos. Mais de 60% dos agricultores pesquisados apresentam idade superior a quarenta anos. Como já foi exposto anteriormente, o despertar do interesse das novas gerações para

com a importância da manutenção das comunidades representa atualmente um dos principais desafios dessas organizações.

No que se refere ao histórico de vivência na comunidade (Gráfico 01), onde se questionou sobre o tempo que a pessoa vive no campo, percebe-se que a maior parte da população residente na zona rural taiobereense, possui um significativo histórico de vivência e trabalho no campo (60% vive a mais de vinte anos no campo), histórico este que se reflete em sua cultura e em seu modo de vida. Essa ligação histórica com o meio rural também se reflete em sua vivência comunitária como pode ser observado no Gráfico 2.

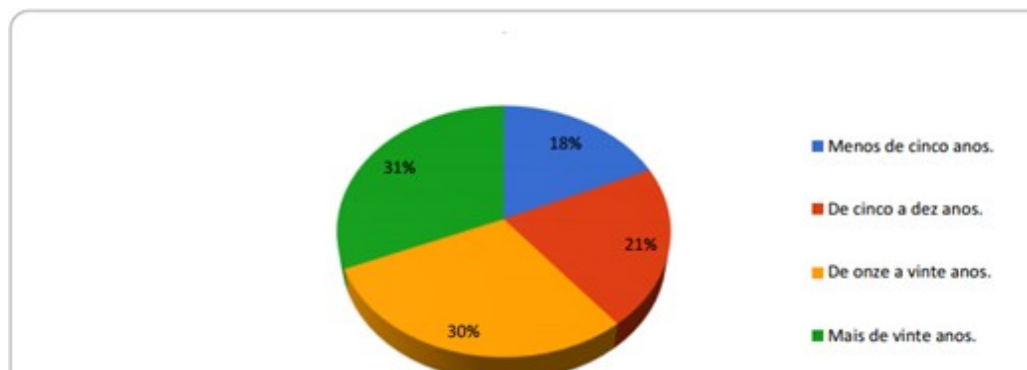
Gráfico 01 - Histórico de Vivência na Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O próximo dado vem de encontro a informações expostas por todos os entrevistados. Foi perguntado aos membros das comunidades sobre o seu tempo de participação na comunidade e a maioria da população rural do município possui uma longa trajetória de mobilização e organização comunitária, com mais de 60% dos respondentes com mais de onze anos de uma trajetória em um contínuo processo educativo e acúmulo de saber crítico, político, social e participativo (GRÁFICO 2).

Gráfico 02 - Histórico de Participação na Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em seguida, perguntou-se com qual frequência este membro participava de atividades na comunidade. Se percebeu que a frequência de participação de uma vez ou mais por mês foi indicada por 59% das pessoas e de uma vez ou mais por semana foi de 11%, apesar de fatores citados pelos entrevistados como desestimuladores do engajamento participativo, como acesso a tecnologias (televisão, internet...), e consideráveis melhorias no padrão de vida da população rural. Ao que parece, o hábito de se reunir continua vivo, embora com constância menor do que era nos anos de 1980 e 1990. Percebe-se, assim, que cerca de 60% dos participantes da pesquisa participam destes eventos pelo menos uma vez ao mês. Os outros 40% dos respondentes participam de no máximo uma vez a cada seis meses.

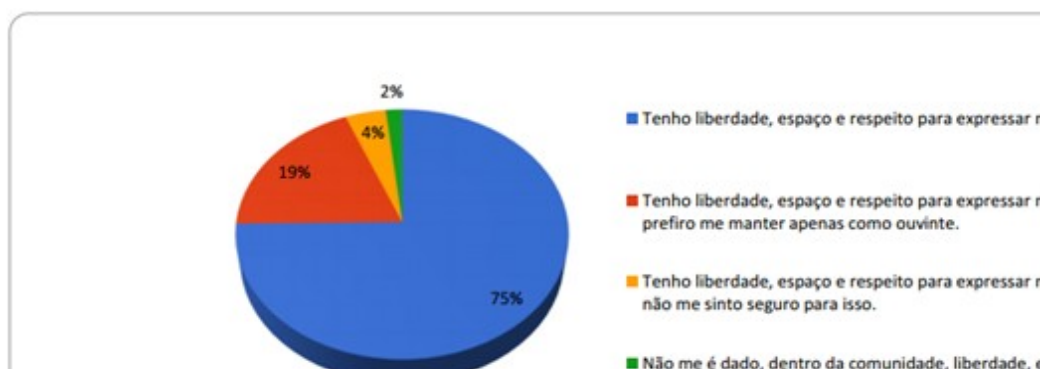
Durante as entrevistas semiestruturadas, uma das principais questões apresentadas como dificuldades enfrentadas atualmente pelas comunidades corresponde à formação de lideranças. No entanto, quando perguntado aos membros das comunidades através dos questionários, revelou-se uma situação de relativo equilíbrio entre aqueles que exercem, já exerceram e que possuem ou não interesse em exercer responsabilidade de liderança em suas comunidades. São 28% dos pesquisados que não exercem cargo de liderança e que não tem interesse em exercer, em contrapartida a 22% que não exercem e tem interesse, 22% que não exercem, mas já exerceram e outros 28% que exercem atualmente. Pode-se deduzir que com um processo de capacitação e incentivo seja possível o despertar e a formação de novos líderes comunitários.

Quando perguntados como é a participação da comunidade, 53% responderam que a maioria participa ativamente e demonstra comprometimento com a comunidade, 28% participam apenas visando interesses próprios como os benefícios distribuídos através da comunidade e 19% responderam que a maioria apenas participa como ouvinte, deixando as decisões por conta das lideranças da comunidade. Novamente confirmam-se informações colhidas durante as entrevistas semiestruturadas: consciência participativa da população da zona rural, consciência esta que se apresenta através de ação e comprometimento, podendo ser observado também uma parcela de individualismo e apatia como ocorre em outras diversas organizações sociais.

Reafirmando um fato já exposto pelas entrevistas semiestruturadas, o próximo dado revela uma significativa maturidade das comunidades no que diz respeito ao relacionamento e a convivência social. Foi perguntada a percepção dos membros da comunidade sobre possível ocorrência de conflitos na comunidade, e estes informaram em sua maioria que ou não há ocorrência de conflitos (43%) ou se ocorrem são solucionados através de diálogo (47%). Este dado vai ao encontro da metodologia historicamente trabalhada pelas comunidades eclesiais de base, pautada no respeito à natureza alheia e no diálogo, importante na manutenção da harmonia e união dos grupos comunitários ao longo de suas caminhadas.

Com relação aos espaços de opinião dentro da comunidade, no Gráfico 03 verifica-se o caráter democrático que possuem as comunidades rurais. Quando perguntado sobre espaço e liberdade de opinião e expressão na comunidade, 75% dos respondentes afirmam tê-lo. Interessante notar que apenas 2% dos pesquisados afirmam não terem tal percepção dentro da comunidade da qual fazem parte.

Gráfico 03 - Percepção Pessoal Quanto a Espaço e Liberdade de Opinião e Expressão na Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

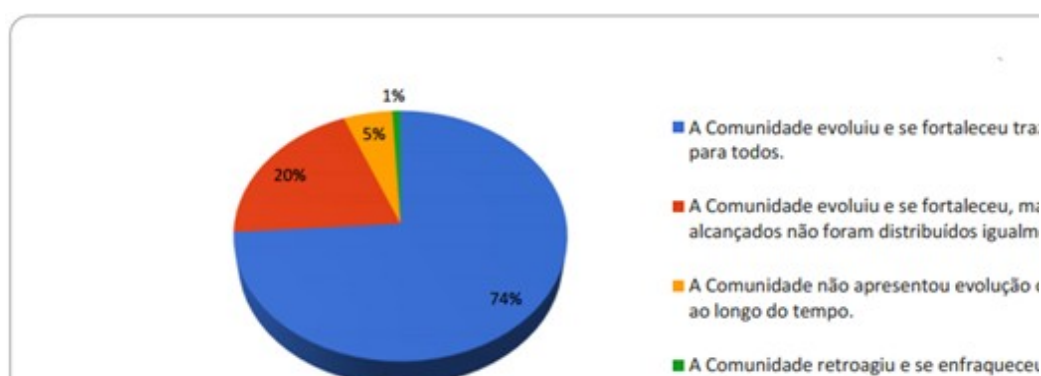
Esta percepção de espaço e liberdade na comunidade também revela algo que havia sido relatado pelos entrevistados, o processo de educação de base promovido pelas comunidades eclesiais na origem dessas organizações. Conforme lembra um professor entrevistado, este processo foi pautado nos preceitos da Teologia da Libertação, que prima pelo respeito à dignidade humana buscando através de aspectos religiosos, políticos, pedagógicos e sociais meios para que o indivíduo tenha condições de se libertar de tudo aquilo que venha lhe oprimir, fazendo com que este se torne autor de sua própria história.

Os próximos dois tópicos do questionário verificaram junto aos membros da comunidade sobre os itens que mais os motivam e os que mais os desmotivam a participar da comunidade. Como itens motivadores, por ordem de importância tem-se: o encontro e convivência com os vizinhos e conhecidos (36%), a participação nos diálogos acerca das questões sociais, ambientais e políticas a região (25%), o acesso aos benefícios que são distribuídos através da comunidade (22%). O hábito de reunir parece continuar sendo algo prazeroso para estas populações, o fato de se ter na comunidade uma fonte de informação e debate acerca de questões da atualidade aponta para um grau de politização e cidadania dos membros participantes. Interessante observar que a motivação por benefícios imediatistas não se mostra de forma expressiva, mostrando que as comunidades estão conseguindo manter os interesses do grupo acima dos interesses individuais.

Quanto aos fatores desmotivadores, por ordem de importância, tem-se: falta de interesse e desânimo dos demais participantes (56%), presença de aproveitadores e de demais pessoas descomprometidas com a comunidade (17%). Anteriormente foi perguntado como era a participação da comunidade e 53% destes havia respondido que era ativa e comprometida, mas percebe-se nos fatores desmotivadores que a falta de interesse e o desânimo ocupa um percentual considerável. Tal fato pode ter como possível causa, uma má formulação ou uma dificuldade de interpretação de alguma ou de ambas as perguntas.

O Gráfico 4 revela que a opinião dos indivíduos pesquisados se mostra positiva com relação ao desenvolvimento histórico das comunidades (74%), embora 20% deles revele uma crítica a tal desenvolvimento. De modo geral, este dado ratifica as informações colhidas durante as entrevistas semiestruturadas, que relatavam que apesar das dificuldades, limitações e até mesmo perseguições que tiveram de enfrentar, esse modelo de organização conseguiu atingir seus objetivos ao longo do tempo, contribuindo de forma significativa para a promoção da cidadania, da justiça social, da participação popular e do respeito à dignidade humana no campo, contribuindo também para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar e conseqüentemente da economia do município de Taiobeiras.

Gráfico 4 - Percepção Quanto ao Processo Histórico de Evolução da Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A mesma postura positiva e otimista se revela quando perguntados sobre o futuro das organizações comunitárias rurais. 86% dos respondentes possuem a convicção de que estas continuarão crescendo e se fortalecendo, embora parte desde percentual (34%)

apresente a consciência de que desafios terão de ser superados para que tal projeção se concretize.

Considerações finais

As investigações realizadas por este estudo sobre a compressão do processo de participação popular das comunidades rurais de Taiobeiras-MG permitiram a obtenção de um conjunto de informações acerca de uma experiência positiva de organização comunitária, que ao longo do tempo vem construindo um acúmulo de conhecimento participativo, político e social.

Tendo sua origem nos movimentos pastorais da igreja católica dos anos de 1980, estas organizações extrapolaram a barreira da religião, e com uma metodologia simples, mas capaz de provocar e despertar a consciência humana para a ação, foram responsáveis em parte, se não no todo, pela emancipação cidadã da população rural, população esta em sua maioria analfabeta ou semialfabetizada e que nas décadas de 80 e 90 estava inserida em um contexto político-social e econômico em que as classes humildes eram extremamente desmotivadas e até mesmo reprimidas, em se tratando da exposição de suas demandas, anseios e opiniões. Através da união em comunidade, esses trabalhadores rurais passaram a debater coletivamente as dificuldades pessoais de cada um, e que na maioria das vezes possuíam causa única, e a partir disso somarem esforços para estes mesmos proverem a solução ou pressionarem uma atitude do poder público.

As comunidades rurais do município de Taiobeiras chegam ao final da década de 2010 se destacando como uma das principais organizações civis do município, atuando como principal elo entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais e as políticas públicas agrárias, além de serem presença ativa nos conselhos municipais e nas discussões sindicais. Faz-se interessante também observar nas organizações comunitárias, a multiplicidade de fatores que a compõem, sendo além do associativo, o cultural e o religioso que de certa forma ainda exerce influência em sua dinâmica.

A experiência comunitária da população rural do município de Taiobeiras ao longo desses mais de trinta anos, torna-se exemplo para diversos outros segmentos da

sociedade, no sentido de perseverança e compromisso em torno de um projeto coletivo, maturidade no convívio social e na resolução de conflitos, e participação popular efetiva e responsável.

No cenário político e econômico atual em que a descrença do cidadão com a democracia e com as instituições que a compõem cresce na medida em que explodem os escândalos de corrupção, o tomar parte da população na formulação, implementação e fiscalização das ações governamentais faz-se cada vez mais necessário. A partir do momento que os cidadãos vão ocupando espaço na administração pública, os espaços de corrupção tendem a diminuir. Nesse sentido, o exemplo histórico e atual desses trabalhadores e trabalhadoras rurais cada qual com suas limitações, mas com uma consciência política e social admiravelmente desenvolvida e com a boa vontade tão característica das pessoas simples do campo torna-se exemplo para todos os brasileiros.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas (SP): Editora Hucitec/Editora da UNICAMP, 1992.

ALENCAR, E. *Formas de Intervenção e Associações: apresentação de três casos*. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 19, 1995, João Pessoa. Anais... João Pessoa: ENANPAD, 1995. p. 97-113.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base, 1981*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/.../freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf>.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é Participação*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 81p. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/b/juan-e-diaz-bordenave/o-que-e-participacao/2506475869?vendedor=marcelobook>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

DEMO, P. *Participação e Conquista*. Fortaleza: EUFC, 1986.137p.

FREIRE, P. *Educação Como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev.Econ. Sociol. Rural*, vol.52 supl.1, 2014.
- LESBAUPIN, I. *Comunidade de base e mudança social*. Estudo de Política e Teoria Social, v.3, p. 54-79, 2000.
- MIRANDA, Avay Miranda. *Taiobeiras e Seus Fatos Históricos*. Volume II, Brasília: Thesaurus, 1997.
- SCHIAVO, R. A.; OLIVEIRA, F. R. C. Da teologia ao rural: reflexões acerca de ideias religiosas e concepções políticas na Arquidiocese de Mariana. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. *Revista Ideias*, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 203-230, jul.-dez. 2008.
- ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC. Brasília: CAPES UAB, 2009.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2020

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424